



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado ORLANDO SILVA

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2017

(Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a demissão de 1.200 professores da Faculdade Estácio de Sá.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais a realização de Audiência Pública para debater a demissão de 1.200 professores da Faculdade Estácio de Sá com os seguintes Convidados:

1. Senhora Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes - Tribunal Superior do Trabalho;
2. Dr. Ronaldo Fleury Curado - Procurador-Geral do Trabalho;
3. Senhor Ministro Ronaldo Nogueira – Ministro do Trabalho e Emprego;
4. Senhor Mendonça Filho – Ministro da Educação
5. Senhor Gilson Reis - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee
6. Senhor Celso Napolitano - Presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo - Fepesp;
7. Mariana Dias - presidente da União Nacional de Estudantes - UNE
8. Luiz Roberto Liza Curi - Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;
9. Reitor Hudson Mello Junior - Universidade Estácio de Sá

10. Representante do Fundo de investimentos da Estácio de Sá

JUSTIFICATIVA

A precarização do Ensino Superior tanto público e privado no Brasil e a violação de direitos dos trabalhadores vêm acentuando-se gravemente, sobretudo com as medidas adotadas pelo governo Temer, como por exemplo, o corte no orçamento das Universidades Federais, as demissões em massa de professores, como foi o caso recente da demissão de 220 professores da Faculdade Metropolitana – FMU no estado de São Paulo, e agora no caso aqui tratado, a demissão de 1.200 professores da Faculdade Estácio de Sá, consequências essas da reforma trabalhista.

Sob a justificativa de que as demissões fazem parte de uma “reorganização em sua base de docentes”, com o objetivo de “manter a sustentabilidade da instituição”. A Instituição em nota divulgada também diz que os novos profissionais serão contratados pelo regime CLT.

Porém está claro que a Instituição de ensino aproveitou a reforma trabalhista de Temer para demitir os profissionais já que agora, com a nova legislação, poderá preencher as vagas com contratos mais “flexíveis” e com menos direitos trabalhistas, mostras do que promete ser o mundo do trabalho pós destruição da CLT: o império da lei do mais forte, da ganância sem limites.

Fica provado, como sempre alertamos, que a reforma desequilibrou completamente as relações de trabalho, deixando o trabalhador submetido a retirada de direitos, ampliação de jornada e achatamento dos salários, e no caso do Ensino Superior a precarização e sucateamento destes. Terceirizar os professores é impedir a construção de vínculos. Quando o professor não tem vínculo com a escola, com o projeto pedagógico, ele não tem vínculo com a construção do conhecimento. Contratar como PJ e terceirizado traz um sucateamento e demonstra que essas instituições não estão preocupadas com a qualidade e sim com o lucro.

Assim, a referida audiência pública visa ampliar o debate de forma encontrar uma saída para a crise na Instituição, bem como demonstrar que não deve tratar a educação numa lógica de mercadoria.

Sala da Comissão, 8 de dezembro de 2017

ORLANDO SILVA
Deputado Federal
PC do B-SP